

CONCILIANDO IDENTIDADES: MULHER, MÃE, ESPOSA, CIENTISTA...

Fabiane Ferreira da Silva¹

Resumo: O trabalho é um recorte da minha tese de doutorado intitulada “Mulheres na ciência: vozes, tempos, lugares e trajetórias”, que teve como objetivo problematizar a inserção e a participação das mulheres na ciência a partir da análise de entrevistas narrativas realizadas com seis mulheres cientistas atuantes em universidades públicas e numa instituição de pesquisa do Rio Grande do Sul. A pesquisa foi orientada pelas teorias dos Estudos Feministas da Ciência e Estudos de Gênero, bem como utilizou alguns conceitos de Michel Foucault. Nessa perspectiva, ciência e gênero são compreendidos como construções sociais, culturais, históricas e discursivas em meio a relações de poder/saber. Metodologicamente o estudo ancora-se na investigação narrativa a partir dos pressupostos de Jorge Larrosa e de Michel Connelly e Jean Clandinin. Com a realização das entrevistas busquei conhecer a trajetória acadêmica e profissional dessas mulheres, as motivações para a escolha da profissão, as dificuldades vivenciadas na profissão, como elas percebiam a participação das mulheres na ciência, entre outros aspectos. Ao analisar as narrativas, percebi, entre outras questões, a difícil conciliação entre carreira e família, implicando em jornadas parciais de trabalho, no adiamento ou recusa da maternidade.

Palavras-chave: Mulheres. Ciência. Gênero. Carreira. Maternidade.

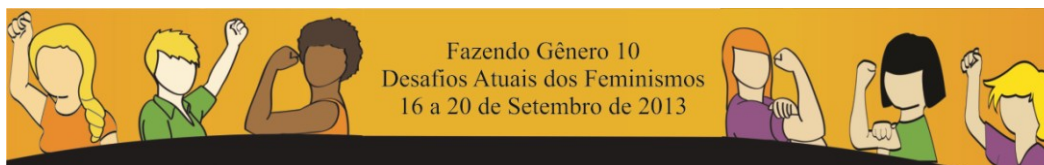
Introdução

A profissão científica tornou-se sem dúvida um tipo muito particular de profissão “moderna”, a qual possui uma cultura específica no processo de aquisição dos requisitos básicos para pertencer à comunidade científica, que exige, entre outras coisas, a necessidade de manter certo número de atividades, projetos de pesquisa e publicações para a constituição de uma carreira bem-sucedida. Tal cultura está centrada em valores masculinos que se impõem em certa medida como obstáculos para a efetiva participação das mulheres na ciência. De acordo com Velho (2006) a trajetória das mulheres na ciência é constituída numa cultura baseada no “modelo masculino de carreira” que envolve compromissos de tempo integral para o trabalho, produtividade em pesquisa, relações academicamente competitivas e a valorização de características masculinas que, em certa medida, dificultam, restringem e direcionam a participação das mulheres nesse contexto.

Conforme argumenta Velho:

Uma vez feita a opção pela carreira científica, a mulher se depara com o conflito da maternidade, da atenção e obrigação com a família *vis-a-vis* as exigências da vida acadêmica. Algumas sucumbem e optam pela família, outras, pela academia, e um número decide combinar as duas. Sobre essas últimas, não é necessário dizer quanto têm que se desdobrar para dar conta não apenas das tarefas múltiplas, mas também para conviver com

¹ Professora Adjunta na Universidade Federal do Pampa – Campus Uruguaiana, Uruguaiana/RS/Brasil.



a consciência duplamente culposa: por não se dedicar mais aos filhos e por não ser tão produtiva quanto se esperaria (ou gostaria). (VELHO 2006, p. xv).

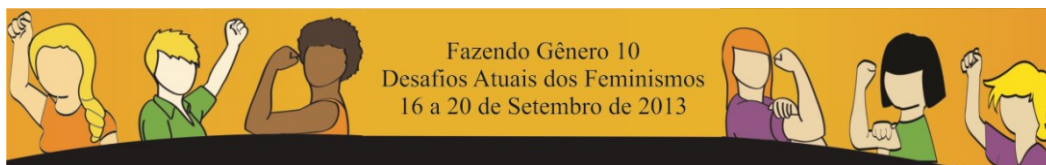
Considerando tais questões, busquei conhecer a trajetória acadêmica e profissional de um grupo de mulheres cientistas, as motivações para a escolha da profissão, as dificuldades vivenciadas na profissão, como elas percebiam a participação das mulheres na ciência, entre outros aspectos. Para tanto, realizei entrevistas individuais produzidas com seis mulheres cientistas atuantes em universidades públicas e numa instituição de pesquisa do Rio Grande do Sul, sendo uma da área da Farmácia, duas de Ciências Biológicas, duas da Física e a outra da Engenharia de Computação.

Neste artigo, problematizo a necessidade que se impõem às mulheres de conciliar família, maternidade e carreira científica.

Delineando os caminhos metodológicos

A produção do *corpus* desta pesquisa ancora-se na metodologia da investigação narrativa a partir dos pressupostos de Jorge Larrosa (1996; 2004) e de Michel Connelly e Jean Clandinin (1995). De acordo com Connelly e Clandinin (1995, p. 12), a investigação narrativa, ao mesmo tempo em que se constitui em uma metodologia de investigação, é também o fenômeno que se investiga, ou seja, “‘narrativa’ é o nome dessa qualidade que estrutura a experiência que vai ser estudada e também é o método de investigação que vai ser utilizado na pesquisa” [tradução minha]. Na perspectiva desses autores, a utilização da narrativa como metodologia de investigação justifica-se em função do entendimento de que somos seres contadores de histórias, somos seres que, tanto individual como socialmente, vivemos vidas narradas (CONNELLY; CLANDININ, 1995). Além disso, a narrativa constitui-se como um mecanismo fundamental de compreensão de si, dos outros e das práticas sociais como lugares nos quais se produzem e se interpretam histórias (LARROSA, 1996).

Orientada por esses autores, entendo a narrativa tanto como uma metodologia investigativa como um texto discursivo implicado na produção e reconstrução da subjetividade do sujeito, uma vez que é no processo de narrar e ouvir histórias que o sujeito vai construindo tanto os sentidos de si, como de suas experiências, dos outros e do contexto em que está inserido. Para Larrosa (1996), a narrativa é uma modalidade discursiva, na qual as histórias que contamos e as histórias que ouvimos, produzidas e mediadas no interior de determinadas práticas sociais, passam a construir a nossa história, a dar sentido a quem somos e a quem são os outros, constituindo assim as identidades – de gênero, sexual, étnica/racial, religiosa, profissional, de classe social, de mãe/pai,



filha(o), esposa(o), entre outras. Assim, a narrativa configura-se como uma prática social que constitui os sujeitos, uma vez que é no processo narrativo que os sujeitos produzem ou transformam tanto as experiências que têm de si quanto do mundo em que estão inseridos.

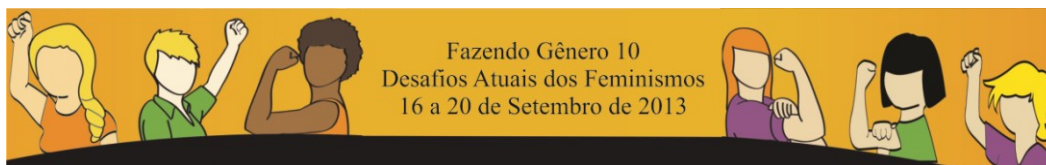
Nessa perspectiva, a história de nossas vidas é constituída por muitas histórias, por muitas vozes, “nossa história é sempre uma história polifônica” (LARROSA, 1996, p. 475). É nesse complexo jogo narrativo que aprendemos a construir a nossa identidade, a dar sentido a quem somos e a quem são os outros. Dessa forma, a identidade (quem sou) não é algo que encontro ou descubro, como se fizesse parte da minha essência, mas é algo que fabrico, invento, construo e modifico nesta gigantesca e polifônica conversação de narrativas que é a vida, e essa conversação inclui as pessoas com quem me relaciono e com cujas histórias me relaciono (LARROSA, 1996).

Portanto, a identidade não é inata, geneticamente pré-determinada, mas é negociada, contestada, construída em meio às relações de poder que atravessam as diversas experiências vividas pelos sujeitos. Nessa perspectiva, o sujeito não é algo que se possa analisar independentemente da história, fora dos discursos e das práticas sociais, já que é a partir dos discursos e práticas sociais que ele se constitui.

Considerando as proposições apresentadas, utilizo a narrativa com um duplo propósito, pois, ao mesmo tempo em que percebo a narrativa como uma prática social implicada na constituição dos sujeitos, ela me possibilitou produzir elementos para discutir a participação das mulheres na ciência.

Para a produção dos “dados”, neste estudo, optei pela realização de entrevistas individuais, compreendidas não como reveladoras da “verdade” sobre o sujeito, mas na direção apontada por Silveira (2007, p. 118), como “eventos discursivos complexos, forjados não só pela dupla entrevistador/entrevistado, mas também pelas imagens, representações, expectativas que circulam – de parte a parte – no momento e situação de realização das mesmas e, posteriormente, de sua escuta e análise.”.

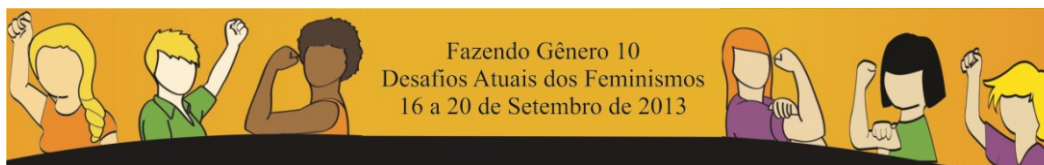
A partir das contribuições da autora, entendo a entrevista como um jogo de interlocução que se dá pela interação de sujeitos circunstancialmente situados em posições diferentes, quer como entrevistado(a), quer como entrevistador(a). Tal entendimento pressupõe que a interação entre entrevistado(a) e entrevistador(a) constitui-se em razão de relações de poder. Conforme salienta Silveira (2007, p. 124), se, por um lado, nossa representação usual de entrevistas “tenda a incluir um sujeito perguntando, ‘querendo saber’, questionando, e chegando, em certas ocasiões, a encurralar o entrevistado [...], o entrevistado também lança mão de numerosas estratégias de fuga, substituição e subversão dos tópicos propostos.”.



Com a realização das entrevistas busquei conhecer a trajetória acadêmica e profissional de algumas mulheres cientistas atuantes em universidades públicas e numa instituição de pesquisa do Rio Grande do Sul e, com isso, discutir os efeitos de determinados discursos e práticas sociais na constituição delas como mulheres e cientistas.

Para a realização das entrevistas, elaborei um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que informava às participantes os objetivos e procedimentos adotados ao longo da pesquisa. Durante a realização da entrevista utilizei um roteiro semiestruturado para conhecer aspectos referentes à trajetória acadêmica e profissional das participantes (escolha do curso, incentivos, dificuldades na carreira, produção científica...); ao entendimento de ciência e sobre a participação das mulheres nesse campo; às relações entre trabalho e vida familiar (por exemplo, as responsabilidades com filhos, casa ou parente mais velho); e às interações com colegas no ambiente de trabalho (existência de atitudes sexistas, preconceito e violência relativos a gênero).

As participantes desta pesquisa estavam inseridas em diversas áreas da ciência, algumas em áreas tradicionalmente masculinas, tais como a Física e a Engenharia de Computação; possuíam mais de 15 anos de experiência profissional, desenvolviam projetos de pesquisa financiados por diversas instituições (CNPq, CAPES e FAPERGS, FINEP, BNDES, CENPES/Petrobrás, ANEEL, Instituto Nacional de Meteorologia, entre outras) e atuavam na graduação e em programas de pós-graduação. Ao todo, foram convidadas e participaram da pesquisa seis cientistas, sendo uma da área da Farmácia, duas de Ciências Biológicas, duas da Física e a outra da Engenharia de Computação. A escolha por essas áreas de atuação é relevante no sentido de se justapor áreas do conhecimento que abordam distintos objetos e práticas de pesquisa, o que possibilita uma discussão mais ampla sobre as questões de gênero e ciência. Além disso, cabe enfatizar que a opção por essas áreas não significa um recorte convencional ou estreito sobre a ciência, uma vez que a ciência compreende várias áreas do conhecimento. Por um lado, a escolha pela Física e Engenharia de Computação justifica-se em função da baixa participação das mulheres nessas áreas, pois, segundo dados referentes ao número de pesquisadores nessas áreas, a representatividade feminina na Física gira em torno de 20% e na Engenharia de Computação em torno 27% (BRASIL, 2012). Por outro lado, a escolha pela Farmácia e Ciências Biológicas nos possibilita outro olhar relativo à participação das mulheres na ciência, já que são áreas nas quais a presença das mulheres é expressiva. Os dados do CNPq produzidos pelo Diretório de Grupos de Pesquisa mostram que, com relação ao número de pesquisadores, a representatividade feminina na Farmácia é por volta de 61% e nas Ciências Biológicas 46% dos pesquisadores são mulheres (BRASIL, 2012).



A participação das mulheres na ciência: conciliando carreira, filhos e família

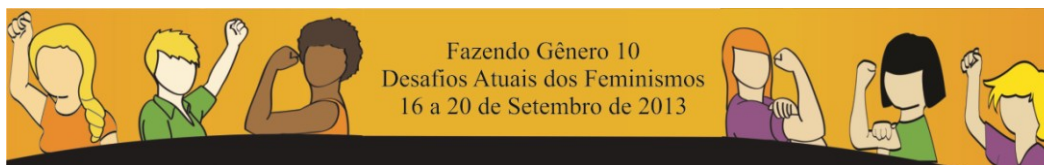
Discutir a participação das mulheres na ciência implica necessariamente em uma problematização sobre a cultura hegemônica da ciência construída sobre pilares androcêntricos e sexistas. Trata-se de perceber que a legitimidade da produção científica obedece a um “modelo masculino” de fazer ciência, que institui determinados códigos, regras, normas, valores, procedimentos, saberes e verdades, que restringem e direcionam a participação das mulheres no contexto da ciência. Para Tosi (1998, p. 397), com a profissionalização da ciência no século XIX as mulheres passaram a experimentar dificuldades para se inserir nessa instituição elitista e estratificada, implicando “no exercício competitivo da mesma por pessoas qualificadas e na formação de uma *elite* que define os limites nos quais a profissão pode e deve ser praticada.” Assim, a trajetória das mulheres na ciência é constituída numa cultura centrada em valores masculinos que se impõem em certa medida como obstáculos para efetiva inclusão e participação das mulheres na ciência.

Velho (2006) destaca que as mulheres, para seguirem na carreira científica e serem bem-sucedidas profissionalmente, necessitam construir a sua identidade profissional de acordo com o “modelo masculino”, que envolve compromissos em tempo integral com o trabalho científico, relações competitivas e produtivas. Nesse contexto, a produtividade científica, mensurada pelo número de publicações em artigos e livros nacionais e internacionais, coloca o(a) pesquisador(a) frente ao desafio de ser produtivo(a).

Sobre essa questão Mariana comenta:

“Tem muita competitividade. Tem gente que fica horas olhando os currículos dos outros, enfim, realmente não é o meu caso. Eu gostaria de publicar mais. Eu acho que eu teria capacidade se eu priorizasse isso, então vou ficar até não sei que horas estudando, escrevendo, mas acabei entendendo pra mim que isso não é a coisa mais importante. Mas existe uma competitividade, a gente compete por bolsa, compete por projeto. E na verdade a tua moeda científica é trabalho publicado. O negócio é ter currículo. Tem mulheres, algumas eu conheço, que elas são altamente produtivas, são respeitadas pela sua produtividade, pela sua capacidade, muitas que hoje inclusive estão ocupando cargos importantes e que são extremamente eficazes, mas justamente essas não têm filhos, essas que eu tô me lembrando agora não têm filhos. Então se enfurnam de cabeça dentro do laboratório, e realmente é óbvio que a produção cresce.” (Mariana)

Nessa narrativa fica evidente que muitas mulheres, para serem bem-sucedidas profissionalmente, acabam adaptando-se às regras vigentes na ciência que pressupõem uma valorização da publicação, já que “a moeda científica é trabalho publicado”. A lógica de uma carreira científica bem-sucedida sustenta-se na equação: pesquisa + publicação = recursos. Nesse

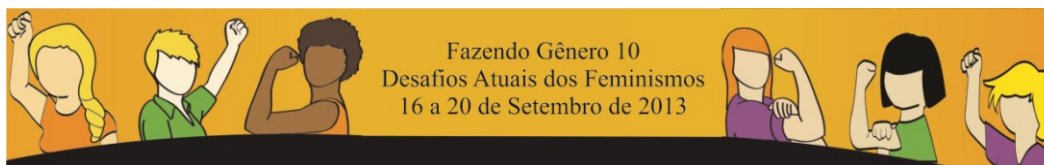


sentido, os membros da comunidade científica necessitam de uma expressiva produção para que possam concorrer de forma “igualitária” por bolsas, projetos, posições, recursos, etc. Nas palavras da Mariana: “o negócio é ter currículo”. E um “bom” currículo implica em reconhecimento, em respeito pelos pares, estimulando a constituição do campo científico como um espaço de disputas teóricas, rivalidades, cobranças, reproduzindo o sistema cultural que geralmente é compartilhado pelos sujeitos que deste campo participam. Segundo Sguissardi (2010), o “produtivismo acadêmico” alimenta-se do e no processo de competição que se dá interuniversidades, interprogramas de pós-graduação e entre docentes/pesquisadores, gerado por agências de fomento à pesquisa que adotam o Currículo Lattes como instrumento indicador da produtividade. Nesse contexto, o importante é ser produtivo. Para tanto, é necessária dedicação, “viver” para a ciência, priorizar a produção científica. O resultado de tudo isso é o mérito, reconhecimento, respeito. Na lógica “meritocrática” cada sujeito está na posição que merece, devido ao esforço, dedicação e capacidade individual, como se a ciência fosse resultado de “saberes descorporificados”, sem gênero, etnia/raça, classe social, país de origem, etc., em oposição aos “saberes corporificados e localizados” que propõe Haraway (1995).

Nessa perspectiva, é importante considerar que a entrada das mulheres na ciência, esfera pública, necessariamente, não as tem desobrigado das responsabilidades com o cuidado da casa e filhos, já que persiste a tradicional divisão sexual do trabalho. Desse modo, a mulher-mãe-pesquisadora, se depara com uma jornada excessiva na qual precisa dar conta das exigências da vida acadêmica e das responsabilidades familiares.

“Eu acho que ainda hoje é exigido bem mais da mulher, porque que, além dessa questão profissional, sempre tem a questão, especialmente pra quem tem família, a questão do lar, de filhos. Eu acho que querendo ou não é exigido mais dela ou ela acaba fazendo mais coisas, fazer almoço, fazer janta, gerenciar colégio de filho, além do seu trabalho. Talvez isso favoreça a questão de trabalhar com múltiplas coisas ao mesmo tempo. Porque ela gerencia isso e acaba gerenciando o trabalho. Agora, assim como tudo pra fazer bem as coisas, eu acho que tu tens que ter um limite, só publicar tendo família não tem como. Alguma coisa realmente vai sair prejudicada.” (Mariana)

Além das questões impostas pela divisão sexual do trabalho que implica na dupla jornada de atividades que caracterizam o cotidiano de muitas mulheres, a narrativa da Mariana possibilita pensar na representação de uma “supermulher” que consegue gerenciar a família e a vida acadêmica, mesmo que para isso precise enfrentar múltiplas jornadas de trabalho. Além disso, emerge na narrativa da Mariana a difícil tarefa de conciliar carreira e família, especialmente quando se tem filhos, já que a escolha pela maternidade pode significar, entre outras coisas, uma diminuição da produtividade para algumas mulheres.



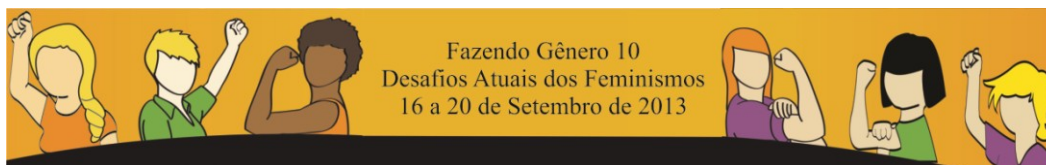
Assim, na construção das suas trajetórias na ciência, as mulheres entrevistadas foram levadas a fazer escolhas em função da carreira/pesquisa que, no entendimento delas, resultou em um “prejuízo” para a maternidade, filhos, família.

“Enquanto eles eram pequenininhos eu contava história na hora de dormir, aquela coisa toda, mas depois, quando eu comecei a entrar firme naquele negócio de querer ampliar a pesquisa com [objeto de estudo] no Brasil e até na América do Sul, eu comecei a viajar muito e eu acho que eu fiz falta em casa. Eu acho que quem saiu prejudicada nessa vida foi a maternidade e não a pesquisa. Eu acho que eu priorizei a pesquisa e eles se queixam disso.” (Carolina)

“Tu tá falando e tu tá me fazendo pensar, a [nome] que é um congresso importantíssimo na minha área, sempre acontece em final de agosto, e eu tenho uma filha que faz aniversário dia 30 de agosto. E ela diz: ‘Graças a [nome] foram poucos os aniversários que tu tava junto comigo.’ Eu ficava muito triste com isso, quando eu podia eu saía antes, mas às vezes eu tinha a apresentação de trabalho, ou a apresentação do aluno que me impedia de sair antes. Às vezes realmente eu ficava ausente de uma data que pra mim é extremamente importante.” (Bildi)

Nessas narrativas percebo um tom de remorso e culpa por se dedicarem mais à carreira em detrimento dos filhos, a partir daquilo que consideravam como sendo responsabilidades da “mulher-mãe”, gerando um conflito de identidades. Sobre essa questão, Woodward (2005, p. 31-32) destaca que “podemos viver, em nossas vidas pessoais, tensões entre nossas diferentes identidades quando aquilo que é exigido por uma identidade interfere com as exigências de uma outra”. Social e culturalmente, instituem-se os significados do “ser-mãe”, define-se o que se espera para uma “mulher-mãe”, repetem-se, incessantemente, o que a mãe é ou deve ser. Zelar pelo bem-estar e educação dos filhos, acompanhar de perto o crescimento deles, estar presente em datas importantes são algumas das atribuições de uma mãe. Tais significados produzidos por diversas instâncias sociais – família, escola, mídia –, e campos de saberes – Medicina, Psicologia, Biologia, Educação –, ao interpelarem as mulheres, ensinam maneiras de ser e agir como mães de determinados tipos. Cabe destacar que embora os significados atribuídos à maternidade e ao cuidado dos filhos pareçam universais e fixos, eles são datados, variam de acordo com os contextos históricos, culturais e sociais. Portanto, a maneira como as mulheres, as famílias e as sociedades percebem a relação mãe-filho nem sempre foi a mesma.

Não pretendo nos limites deste texto aprofundar historicamente as concepções sobre a maternidade e o papel das mulheres. No entanto, convém sublinhar que houve épocas que a criança tinha pouca importância, era considerada como um “estorvo”, em função disso, era comum as crianças de famílias urbanas ricas serem entregues a amas de leite e criadas por algum tempo (BADINTER, 1985). Não significa dizer que não existiam sentimentos entre pais e filhos, mas a relação era de outra ordem. A maternidade foi ressignificada no final do século XVIII, quando as



mulheres da aristocracia foram incentivadas a retornar ao lar, a cuidar de seus filhos e a amamentá-los (BADINTER, 1985). A criança passou a ocupar lugar central na família e na vida da mulher. Reforçou-se o pressuposto de que a mulher que tem um filho deve arcar com a responsabilidade do cuidado e amor com a criança. Além disso, se por um lado a nova relação mãe-filho conferiu às mulheres outra representação na família e na sociedade, afastar-se dela, negligenciar as novas responsabilidades da mulher-mãe trazia enorme culpa, uma vez que contrariava a “natureza feminina” (BADINTER, 1985).

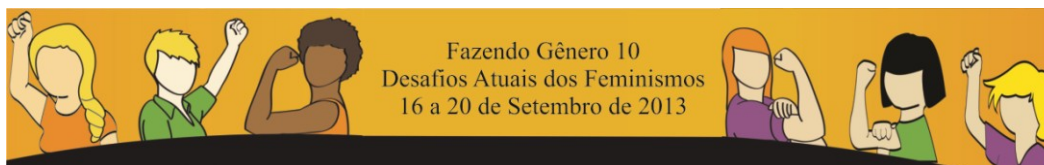
A força dos discursos que posicionam a mulher como a principal responsável pelo cuidado dos filhos e da casa tem levado muitas mulheres a optar por jornadas parciais de trabalho ou até mesmo por interrupções na vida profissional (AQUINO, 2006). Sobre essa questão, Carolina contou que mudou sua trajetória profissional para acompanhar o marido que foi fazer mestrado em outro país, mas que ela continuou trabalhando como pesquisadora. Contudo, quando retornou estava grávida e só voltou a trabalhar depois de três anos. Além disso, Carolina, ao narrar as dificuldades em conciliar trabalho e vida familiar, contou que em função da casa e da família por um longo período trabalhou apenas 20 horas.

“É muito difícil, de fato não é fácil. Agora pra mim até certo ponto facilitou o fato de poder trabalhar 40 horas ou 20, e eu em função da casa e da família fiz 20 horas por muito tempo.” (Carolina)

Quando questionada se a responsabilidade dos filhos é da mulher, Carolina respondeu:

“É por uma questão atávica, de que em qualquer espécie quem reproduz é o responsável por isso, quem carrega os filhos é aquele que tem que carregar os filhos, não tem choro. Se a mulher resolve desempenhar o outro papel paga um preço por isso, e os filhos pagam também, eu acho.” (Carolina)

Essa narrativa cria condições para problematizar a forma como a Carolina naturaliza a maternidade ao percebê-la como uma função/obrigação inata da mulher, que, portanto, tem como pressuposto uma matriz biológica. A maternidade, como uma experiência puramente biológica, um destino de toda mulher, há muito tempo foi refutada pelas feministas que procuraram mostrar a maternidade como uma construção social, cultural e histórica que designava o lugar da mulher na família e na sociedade (SCAVONE, 2001). Apesar dos esforços feministas em apontar o caráter essencialista e determinista presente nas concepções biologizantes da maternidade, tais entendimentos ainda persistem nas formas de compreender a relação mãe e filho na atualidade, sendo produzidos e reproduzidos através de diferentes instâncias e artefatos culturais. Não se trata de desconsiderar os aspectos biológicos da reprodução, mesmo com a emergência das tecnologias reprodutivas – técnicas contraceptivas e conceptivas (SCAVONE, 2002), mas, sim, de compreender



que não é a questão biológica da reprodução que determina o papel das mulheres como mães, mas as relações de gênero atravessadas pelo poder/saber que atribuem um significado social à maternidade. Nessa perspectiva, é importante pensar o corpo da mulher como histórica e socialmente atravessado por discursos médicos, biológicos, políticos e econômicos que naturalizaram a maternidade e os cuidados maternos.

A representação da identidade feminina que posiciona a mulher como a principal responsável pelo cuidado dos filhos influenciou os projetos de vida de algumas das entrevistadas, que optaram por adiar a maternidade ou definitivamente recusá-la em função da carreira.

“Eu não teria muitos filhos, porque a gente trabalha demais. Então, se tu trabalhas muito, tu não tem como ter muitos filhos, porque tu não tens tempo pra dar atenção pra eles. Foi uma opção minha, mas eu teria dois, eu acho, mas eu não queria ter nenhum. Eu evitei em ter filho até o último instante, tive filho sem planejar porque eu achava que ia atrapalhar a minha carreira.” (Lili)

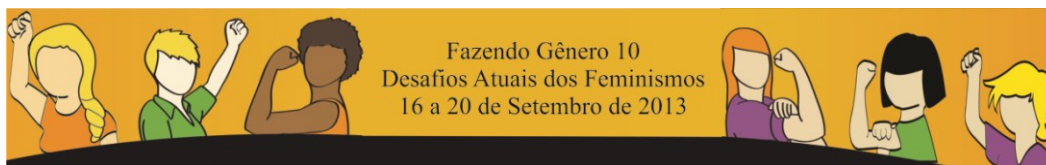
“Eu me arrependo de ter adiado [a maternidade], porque quando eu me dei conta eu tinha um problema que era grave. Eu tenho ovário policístico. O meu caso não é simples, mas poderia ter havido alguma solução se eu tivesse começado mais cedo. Isso eu acho que é uma coisa absurda na ciência, é muito mais complicado tu resolver ter filhos no meio da tua trajetória de formação. Essa trajetória acaba sendo muito longa e tu acabas saindo do período ideal de ter filho. Sempre achei meio absurdo tu ter que optar por não ter filhos. Ou tu é cientista ou tu tem filho. Se tu resolver fazer as duas coisas tu vai sofrer o dobro.” (Sianiak)

Nessas narrativas fica evidente que a necessidade de submissão ao “modelo masculino de ciência” acompanhou suas trajetórias acadêmicas, levando-as a adiar a experiência da maternidade, com consequências para Sianiak, que contou que gostaria de ter realizado a maternidade. A mulher que decide seguir uma carreira científica poderá pensar duas vezes em escolher ser mãe ou ser cientista, em função da necessidade de conciliar a carreira com a maternidade. Contudo, ousou dizer que os homens dificilmente irão se confrontar com essa questão. Conforme destaca Velho (2006, p. xvii), “apenas em um ‘modelo masculino’ de carreira acadêmica a escolha da estudante entre ser mãe ou pesquisadora se coloca.”

Para finalizar, destaco a narrativa da Salamandra, ao argumentar que fez a opção por não ter filhos em função da carreira.

“Não tenho filhos e sou consciente de que ter filhos requer uma dedicação imensa. Nos meus relacionamentos afetivos sempre deixei claro que o meu trabalho vinha em primeiro lugar. Meus pais são o único vínculo que mantenho acima do trabalho. [...] Não ter filhos foi uma opção.” (Salamandra)

Ser mãe e cientista requer um equilíbrio entre a vida profissional e familiar que certamente não se coloca como tarefa fácil, principalmente quando as atividades científicas pressupõem produtividade e competitividade.



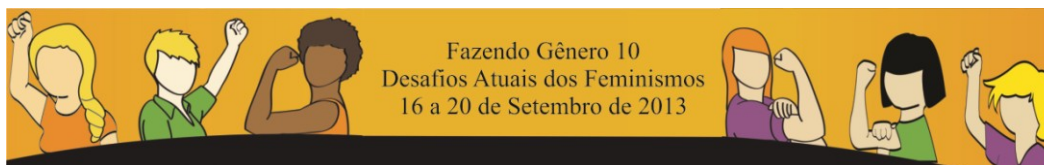
Nessa perspectiva, ser mãe ou ser cientista, ter ou não filhos, quantos, quando, quem cuida dos filhos, etc. foram questões que acompanharam a trajetória acadêmica e profissional das entrevistadas e as levaram a fazer determinadas escolhas. Para além dos motivos que fizeram as entrevistadas adiantarem, adiarem ou recusarem a maternidade certamente esteve em questão a representação social da maternidade que posiciona a mulher como a principal responsável pelo cuidado dos filhos.

Considerações finais

Transitar nas narrativas das participantes deste estudo me possibilitou problematizar a necessidade de conciliar as exigências da vida profissional com as responsabilidades familiares. Ser cientista constitui-se num tipo muito particular de profissão, que exige, entre outras coisas, a necessidade de manter um certo número de atividades, projetos de pesquisa e publicações para a constituição de uma carreira bem-sucedida. Em função disso e da representação da maternidade, que posiciona a mulher como a principal responsável pelo cuidado dos/as filhos/as, percebi que algumas das entrevistadas foram levadas a adiar ou a recusar a experiência da maternidade. Desse modo, constatei que a mulher que decide seguir uma carreira científica é levada a pensar duas vezes em escolher ser mãe ou ser cientista. Contudo, ousou dizer que dificilmente os homens irão se confrontar com essa necessidade de escolher entre a carreira e filhos, ou com a de adiar a paternidade. Mesmo com a inserção das mulheres na ciência, ainda persiste a divisão sexual do trabalho, o que resulta na constituição de carreiras diferentes para homens e para mulheres.

As falas das entrevistadas me levaram a pensar na difícil “tarefa” de conciliar carreira e família, especialmente quando se tem filhos, já que a escolha pela maternidade pode significar, entre outras coisas, uma diminuição da produção para algumas mulheres. Além disso, percebi nas narrativas das cientistas que buscaram conciliar a profissão com a maternidade um sentimento de culpa por não terem se dedicado mais aos filhos, argumentando que, na relação carreira e filhos, quem saiu prejudicado foram os filhos e não a carreira. Tais entendimentos me fizeram pensar na força do discurso materno produzido e veiculado socialmente que, ao interpelar as mulheres, ensina maneiras de ser e agir como mães de determinados tipos, e que faz, por exemplo, com que uma mulher se sinta culpada caso não corresponda com aquilo que se espera de uma mãe.

As narrativas produzidas pelas entrevistadas me levaram a compreender que a trajetória delas na ciência foi e é construída em um ambiente baseado em valores e padrões masculinos que restringem, dificultam e direcionam a participação das mulheres na ciência. Ao analisar as



trajetórias dessas mulheres na ciência, percebi que elas foram, de alguma forma, levadas a se adaptar ao “modelo masculino” de pensar e fazer ciência, não apenas para serem consideradas cientistas, mas também para serem bem-sucedidas na profissão.

Para finalizar, destaco que a ciência, ao não considerar as diferenças de gênero, impõe que as mulheres se adaptem ao modelo de ciência vigente, que valoriza dedicação em tempo integral, produtividade em pesquisa, relações competitivas, características e habilidades masculinas, dentre outros aspectos. Desse modo, entendo que não é fácil para as mulheres seguirem uma carreira na ciência principalmente em uma sociedade de caráter patriarcal, que ainda posiciona a mulher como a principal responsável pelo cuidado da casa e filhos.

Referências

AQUINO, E. M. L. Gênero e ciência no Brasil: contribuições para pensar a ação política na busca da equidade. In: *Pensando gênero e ciência. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas - 2005, 2006/* Presidência da República. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. p. 11-18.

BADINTER, E. *Um Amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). *Estatísticas*. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/estatisticas/bolsas/graficos.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

CONNELLY, M.; CLANDININ, J. Relatos de experiência e investigação narrativa. In: LARROSA, J. et al. *Déjame que te cuente*. Barcelona: Laertes, 1995. p. 11-59.

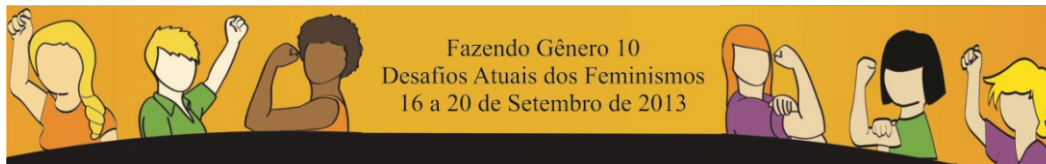
HARAWAY, D. *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. Cadernos Pagu, Campinas/SP, n. 5, p. 7-41, 1995.

LARROSA, J. Narrativa, identidad y desidentificación. In: _____. *La experiencia de la lectura*. Barcelona: Laertes, 1996. p. 461-482.

_____. Notas sobre narrativa e identidade. In: ABRAHÃO, M. H. B. (Org.). *A aventura (auto)biográfica: teoria e empiria*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 11-22.

SCAVONE, L. *A maternidade e o Feminismo: diálogos com as Ciências Sociais*. Cadernos Pagu, Campinas/SP, n. 16, p.137-150, 2001.

_____. Impactos das novas tecnologias reprodutivas. In: COSTA, A. A. A.; SARDENBERG, C. M. B. (Orgs.). *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002. p. 141-149.



SGUISSARDI, V. Produtivismo acadêmico. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. (Orgs.). *Dicionário de Trabalho, Profissão e Condição Docente*. Belo Horizonte, MG: Faculdade de Educação/UFMG (CD; ISBN: 978-85-8007-007-1), 2010.

SILVEIRA, R. M. H. A entrevista na pesquisa em educação: uma arena de significados. In: COSTA, M. V. (Org.). *Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007. p. 117-138.

TOSI, L. *Mulher e ciência a revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna*. Cadernos Pagu, Campinas/SP, n. 10, p. 369-397, 1998.

VELHO, L. Prefácio. In: SANTOS, L. W.; ICHIKAWA, E. Y.; CARGANO, D. F. (Orgs.). *Ciência, tecnologia e gênero: desvelando o feminino na construção do conhecimento*. Londrina: IAPAR, 2006. p. xiii-xviii.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 7-72.

Conciliating identities: woman, mother, wife, scientist ...

Abstract: This work is an excerpt of my doctoral thesis entitled “Women in science: voices, times, places and journeys”, which aimed to discuss the inclusion and participation of women in science from the analysis of narrative interviews conducted with six women scientists working in universities and a public research institution in Rio Grande do Sul. The research was guided by theories of Feminist Studies of Science and Gender Studies as well as it used some concepts of Michel Foucault. From this perspective, science and gender are understood as social, cultural, historical and discursive constructions amid relations of power/knowledge. Methodologically the study is anchored in narrative inquiry from the assumptions of Jorge Larrosa and Michael Connelly and Jean Clandinin. With the interviews I understand the academic and professional career of these women, the reasons for choosing the profession, the difficulties experienced in the profession, how they perceived the participation of women in science, among others. Analyzing the narratives, I could perceive, among other issues, the difficult balance between career and family, implying partial working days, the postponement or refusal of motherhood.

Keywords: Women. Science. Gender. Career. Motherhood.